

Gestão Ambiental e Sustentabilidade nas TERRAS INDÍGENAS DA CAATINGA



TI Xukuru-Kariri

Boletim Informativo CGGAM n. 05 - 2019

APRESENTAÇÃO

O Boletim Informativo “Gestão Ambiental e Sustentabilidade nas Terras Indígenas da Caatinga” apresenta iniciativas realizadas em cinco Terras Indígenas localizadas no Bioma Caatinga: Tingui-Botó, Pankararu, Xukuru-Kariri, Wassu-Cocal e Caiçara/Ilha de São Pedro, que articulam práticas de gestão ambiental com produção sustentável. O objetivo desta publicação é divulgar essas iniciativas mostrando como ações comunitárias simples podem contribuir com a sustentabilidade da Caatinga, que é o bioma brasileiro menos conhecido, protegido e pesquisado. De acordo com dados do Ministério do Meio Ambiente, apenas 8,4% de sua área são áreas protegidas e cerca de 45% do bioma é desmatado.

A Caatinga, “Mata Branca” na origem Tupi, é o único bioma exclusivamente brasileiro, que abriga cerca de 28 milhões de pessoas e ocupa 844 mil quilômetros quadrados (11% do território nacional) nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais. A população indígena na Caatinga é em torno de 90 mil habitantes de 45 diferentes povos, em 36 Terras Indígenas. O bioma possui vegetação adaptada ao clima semiárido, é heterogêneo, rico em biodiversidade e possui um patrimônio biológico não encontrado em nenhum outro lugar do mundo. Pode-se afirmar que a Caatinga é a região semiárida mais rica em espécies do mundo.¹

Essa grande riqueza se reflete também na diversidade cultural e no potencial criativo da população que habita a Caatinga, notadamente os povos indígenas, cujos territórios se destacam na conservação desse importante bioma.

“Os territórios indígenas cumprem papel central na conservação do Cerrado e da Caatinga e conectam diferentes biomas do país. Prestam importantes serviços ambientais como a manutenção de recursos hídricos, contenção do desmatamento e redução das emissões de carbono na atmosfera. Além de serem responsáveis pelas áreas protegidas mais bem conservadas nesses biomas, os povos desses territórios são detentores de conhecimentos e de práticas tradicionais de manejo, recuperação e conservação dessa biodiversidade.”

É, portanto, de grande relevância compreender e divulgar práticas indígenas de produção sustentável e gestão ambiental que se destacam como alternativas de geração de renda, fortalecimento cultural e proteção territorial e ambiental, dando visibilidade à Caatinga como espaço de persistência, criatividade, diversidade e beleza: como espaço de vida.

A “Carta dos Povos Indígenas do Cerrado e da Caatinga”, publicada durante o Seminário “Desafios da Gestão Territorial e Ambiental das TIs dos Biomas Cerrado e Caatinga”, realizado em Brasília, no mês de setembro de 2018, indica a necessidade de valorizar os produtos da sociobiodiversidade, incentivar a implantação de sistemas agroecológicos e quintais produtivos, conscientizar sobre uso de agrotóxico e estimular produção agroecológica, entre outras demandas dos povos indígenas do Cerrado e da Caatinga para os gestores públicos. Posto isso, compreendemos que a divulgação de práticas indígenas de produção sustentável e gestão ambiental colabora para o atendimento dessas demandas, fortalecendo as experiências e multiplicando os saberes.

“Essa mata tem uma importância muito grande, por isso que toda vida nós lutamos pra ficar aqui e aqui nós estamos.”

Dona Neném
(PGTA Tremembé)



AGROECOLOGIA NA TI XUKURU-KARIRI³

Localizada em Palmeira dos Índios – AL, a Terra Indígena Xukuru-Kariri possui área de mais de 7.000 hectares, com limites declarados pelo Ministério da Justiça desde 2010 e fisicamente demarcados pela Funai, aguardando a homologação pela Presidência da República. Esse território é tradicionalmente ocupado por indígenas Xukuru-Kariri e sua população total chegou a 1.676 habitantes em 2010 (IBGE, 2010).

O processo de regularização fundiária da TI Xukuru-Kariri tem sido lento e sofre pressão de interesses políticos contrários, em uma região marcada por um histórico de violência em torno da luta pela terra. Desde o período colonial, os Xukuru, que depois se uniram aos Kariri Wakonã – o que parece explicar a origem étnica deste povo –, resistiram à constante expropriação de suas terras, sendo levados a viver nas regiões mais acidentadas e nas periferias da cidade de Palmeira dos Índios. Atualmente, os indígenas vivem em apenas 360 hectares. A maior parte da TI é ocupada por não indígenas, em pequenas propriedades ou em latifúndios, os quais tendem a ocupar as áreas mais férteis e planas.

Estima-se que vivam hoje na TI aproximadamente 3.500⁴ indígenas Xukuru-Kariri distribuídos em 9 aldeias, além de várias famílias desaldeadas, devido à falta de regularização fundiária do território tradicional. Nesse contexto, os Xukuru-Kariri buscam alternativas sustentáveis para continuar resistindo, gerando renda e preservando a pequena área do seu território onde podem viver.

Em meio ao chamado semiárido, em região de transição entre a zona da mata e o sertão, ocupando predominantemente as áreas de serra, os indígenas praticam agricultura familiar, voltada para a subsistência e para a comercialização regional. Praticam também extrativismo vegetal, criação de animais domésticos de pequeno porte e venda de artesanato. São esporádicas as atividades de caça e de pesca, embora os índios tenham conhecimento acurado da fauna local, a qual se apresenta atualmente escassa devido ao desmatamento – relacionado à grande ocorrência de pastagens e monoculturas que predominaram no território sob posse de não indígenas.

Vista no mapa, a TI Xukuru-Kariri parece abraçar a cidade de Palmeira dos Índios, com pouco mais de 70.000 habitantes – a quarta maior do estado de Alagoas. Diante de um entorno ambientalmente degradado, destaca-se por reunir alguns dos últimos remanescentes florestais do município, ao mesmo tempo em que produz grande quantidade de alimentos orgânicos comercializados na feira da cidade e que abastece, ainda, lares e famílias em situação de vulnerabilidade social, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).



A produção que abastece o município e parte do estado de Alagoas é diversificada e passou a ter como eixo a preocupação com o uso sustentável dos recursos naturais:

“Antigamente a gente usava um pouco de agrotóxico, mas a gente acabou com isso. Então, a gente usa o próprio mato que se cria dentro da bananeira, a gente tira ele e joga ele todinho dentro do pé dela, vai protegendo o solo. Produção

muito forte da batata e macaxeira, tomate, cenoura, pimentão, coentro, cebolinha, tudo isso a gente joga dentro da cidade” (Celso Xukuru-Kariri).

Na Terra Indígena Xukuru-Kariri, destaca-se a produção agroecológica da Aldeia Fazenda Canto. Com cultivo diversificado de mandioca, batata-doce, macaxeira, abóbora, hortaliças, frutas, feijões e milhos de diversas variedades e criação de animais, as famílias da Fazenda Canto se valem de técnicas de conservação do solo, como a manutenção da cobertura morta, a utilização de esterco e matéria orgânica, o plantio e incorporação de plantas recuperadoras do solo (feijão guandu, feijão de corda), a utilização de inseticidas e repelentes caseiros, a utilização de curvas de níveis, a rotação de culturas e a irrigação por microaspersão e gotejamento.

“As atividades visam reduzir ao máximo o impacto ambiental, já que em nossa região se faz necessária a recuperação da vegetação nativa, devido às áreas terem ficado na posse de não índios, que exploraram o ambiente sem nenhuma preocupação com as futuras gerações” (Gecinaldo Xukuru-Kariri).

A manutenção da cobertura vegetal é prática fundamental para evitar erosão e compactação do solo, além de fornecer matéria orgânica, importante para a boa estruturação e o aumento da disponibilidade de nutrientes e umidade do solo. O manejo adequado do solo, além de garantir a produção

sustentável de alimentos, tem enorme influência na melhoria da qualidade e no aumento da disponibilidade de água. Segundo observou Gecinaldo Xukuru-Kariri, **“usamos as melhores alternativas possíveis para minimizar impactos ambientais e sociais, além de reduzir impactos ambientais e minimizar riscos à saúde humana, gerando efeitos econômicos e sociais positivos”**.

No entanto, o povo Xukuru-Kariri, sem a posse plena de seu território, não possui terra suficiente para que todas as famílias possam viver da agricultura e, ainda, precisa lidar com práticas degradantes em seu entorno:



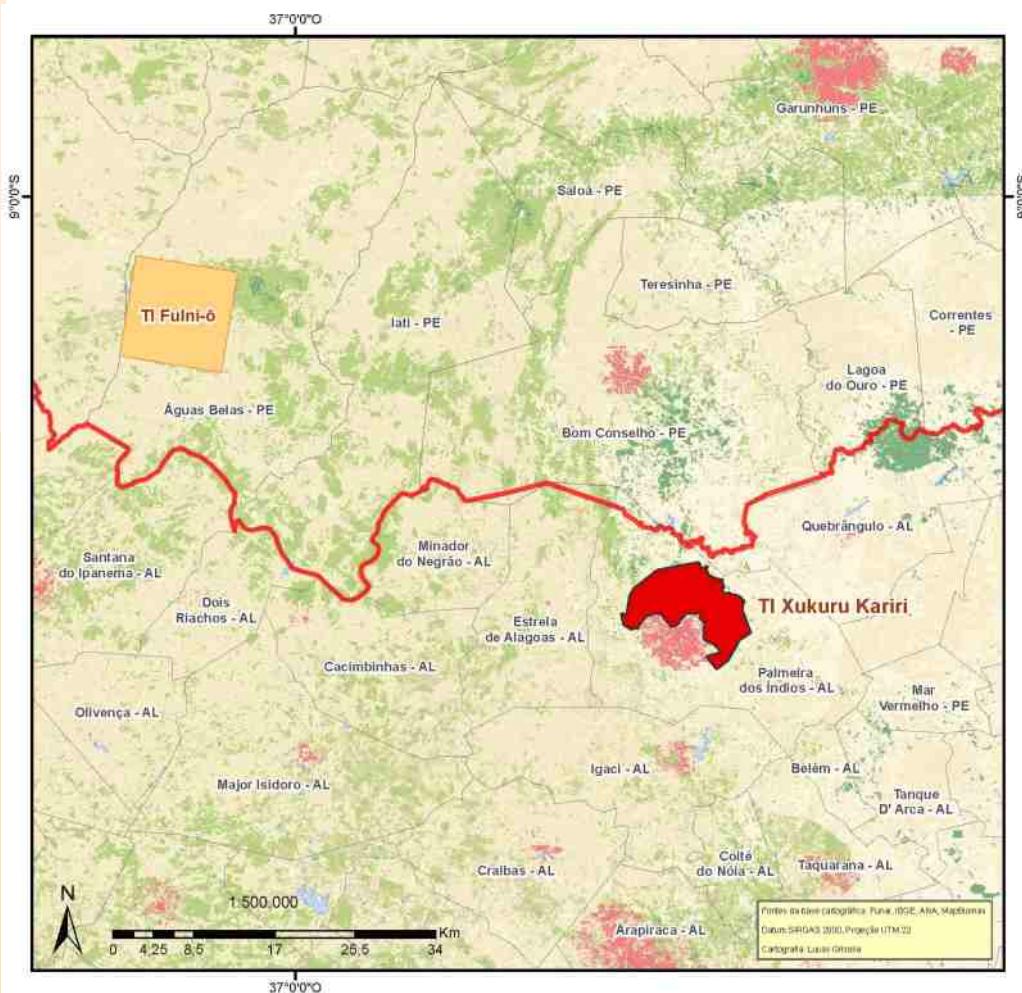
TI Xukuru-Kariri

Contexto Regional



“Aí você vê a terra do fazendeiro aqui do lado, toda criada de gado, desmatada, só capim, ali o cara joga veneno, aquele veneno prejudica a produção nossa, muitas vezes a gente perde a produção porque o veneno, através do vento, traz e mata muitas vezes a produção da gente. (Celso Xukuru-Kariri) ”

A gestão ambiental e territorial, com vistas à manutenção de um território saudável para as futuras gerações da TI Xukuru-Kariri, é um desafio que vem sendo superado pouco a pouco, contudo depende não apenas da iniciativa de um povo que se organiza coletivamente e resiste em seu território, mas também da garantia de seu direito fundamental: o acesso à terra.



Legenda

- TI Xukuru Kariri
 - Terras Indígenas
 - Limites Estaduais
 - Limites Municipais



Referências

- ¹LEAL, Inara R. TABARELLI, Marcelo. SILVA, José Maria C. (Ed). Ecologia e conservação da caatinga. Ed. Universitária da UFPE, 2003.
- VASCONCELOS, Jorge. Plano de divulgação do bioma Caatinga. MMA: Brasília, 2011.
- ²Carta dos Povos Indígenas do Cerrado e da Caatinga – Desafios para a Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas. Set/2018. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/5058-carta-dos-povos-indigenas-do-cerrado-e-da-caatinga-desafios-para-a-gestao-ambiental-e-territorial-das-terrassindigenas?limitstart=0#>
- ³ Texto elaborado por Clara Teixeira Ferrari com colaboração de Vera Olinda Sena de Paiva, Lucas Grisolia, Marcelino Soyinka Santos Dantas, Celso Xukuru-Kariri e Gecinaldo Xukuru-Kariri
- ⁴ Estimativa feita pelos próprios indígenas residentes na TI Xukuru-Kariri.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

SCS Q. 9 - Ed. Parque Cidade Corporate - Torre B
Telefones: 3247-6815 / 3247-6636 / 3247-6729
Brasília-DF - 70308-200



MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Gestão Ambiental e Sustentabilidade nas Terras Indígenas da Caatinga

Ficha Técnica

Pesquisa, Redação e Organização:

Vera Olinda Sena Paiva
Clara Teixeira Ferrari
Lucas Guimarães Grisolia
Gabriel Silva Pedrazzani
Fernanda Tibana Machado
Leiva Martins Pereira
Marcos Sabarú (Tingui Botó)

Entrevistados:

Marcos Sabarú (Tingui Botó)
Ricardo dos Santos (Xocó)
Carlos Gomes de Freitas (Wassú)
Franklin Melo Freitas (Xokó)
Celso Xukuru
Gecinaldo Xukuru-Kariri

Colaboradores:

Marcelino Soyinka Dantas – CR NE I
Francimar da Silva Albuquerque – CR BSF
Denisval Diniz Botelho – CR NE I
Gilberto da Silva – CR NE I

Realização:

Fundação Nacional do Índio – FUNAI
- Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável – DPDS
- Coordenação Geral de Gestão Ambiental – CGGAM
- Coordenação Geral de Promoção ao Etnodesenvolvimento – CGETNO
- Coordenação Regional Nordeste I
- Coordenação Regional do Baixo São Francisco

Mapas:

Lucas Guimarães Grisolia

Revisão Textual:

Fernanda Tibana Machado

Fotos:

Xukuru-Kariri © Gilberto da Silva

Projeto Gráfico:

Marli Moura - Sediv/Cogedi/CGGE